



Combateu o bom combate, acabou a carreira e guardou a fé: Reflexões sobre o edifício Caiçara

It fought the good fight, ended its career and kept the faith.

Reflections on Edifício Caiçara

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega* e José Nilson de Andrade Pereira**

Resumo

No último 07 de abril de 2016 o Edifício Caiçara, situado à beira mar da cidade do Recife /PE, Brasil, foi demolido, dando fim a um processo que teve início no ano de 2011 quando a cidade acompanhou, principalmente através das redes sociais, a tentativa de integrantes da sociedade civil de instituir a sua preservação. Construído em 1940, o edifício tornou-se referência para aqueles que habitaram o bairro de Boa Viagem a partir de sua construção, configurando na sua polêmica arquitetura, uma forma de morar característica de habitantes e veranistas da praia de Boa Viagem na sua época de construção. Diante da polêmica lançada e do desfecho do processo de discussão sobre a preservação, que culminou com a sua demolição, através deste artigo apresentam-se aspectos das atuais normativas referentes à preservação do patrimônio construído do Recife, e discute-se o caso à luz da Recomendação Sobre as Paisagens Históricas Urbanas (UNESCO, 2011), da Declaração de Sofia (ICOMOS, 1996) e dos conceitos que tangem a Identidade Cultural (Hall, 2006). Levanta-se assim, através das abordagens referenciadas, a existência de um descompasso temporal e conceitual entre a normatização vigente e os conceitos que abordam a preservação do patrimônio cultural nos processos de preservação do patrimônio construído na cidade.

Palavras-chave: Paisagem. Patrimônio Histórico. Identidade Cultural.

Abstract

On 7 April 2016, Edifício Caiçara, a beachfront property in the city of Recife, in the Brazilian State of Pernambuco, was demolished, bringing to a close a process that began in 2011, when members of civil society attempted, principally through social networks, to ensure its preservation as cultural heritage. Constructed in 1940, the building became from the outset a point of reference for those living in the Boa Viagem neighborhood, with its controversial architecture reflecting the characteristic way of living of residents and beach home owners at the time. In view of the controversy and the outcome of the discussions regarding preservation of the building, which culminated in its demolition, the present article outlines a number of aspects of Recife's current built heritage preservation code, and discusses the case of Edifício Caiçara in the light of the Recommendation on Historic Urban Landscapes (UNESCO, 2011), of the Sofia Declaration (ICOMOS, 1996) and concepts relating to Cultural Identity (Hall, 2006). The approaches referenced, which relate to aspects of the controversy surrounding the attempt to preserve Edifício Caiçara, suggest that the concepts underlying the preservation of the built cultural heritage of the city of Recife are out of step with current norms.

Keywords: Landscape. Historic Buildings. Cultural Identity.

*Arquiteta e urbanista com mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco. Atua profissionalmente e academicamente em pesquisas nas áreas de: arquitetura, paisagismo e urbanismo com ênfase na paisagem urbana e no patrimônio histórico construído.

**Arquiteto e urbanista, com especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos pela Universidade Federal da Bahia (1988) e mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco. Atua profissionalmente em projetos e pesquisas, nas áreas de: arquitetura, urbanismo e intervenção no patrimônio construído.

Polêmicas em torno da preservação do edifício

No último 07 de abril de 2016 o Edifício Caiçara, situado na Avenida Boa Viagem, à beira mar da cidade do Recife foi definitivamente demolido, dando fim a um processo que teve início no ano de 2011 quando a cidade acompanhou, principalmente através das redes sociais, a tentativa de integrantes da sociedade civil de instituir a sua preservação como um bem cultural. Construído em 1940, o edifício tornou-se referência para aqueles que habitaram o bairro de Boa Viagem a partir de sua construção, configurando na sua polêmica arquitetura, uma forma de morar característica de habitantes e veranistas da praia de Boa Viagem na sua época de construção (figura 01).

Diferentemente de alguns bairros do Recife, que abrigam sítios históricos, cujos adensamentos remetem ao processo de formação de origem colonial e, apesar de ter sua primeira ocupação marcada pela construção da Igreja de Boa Viagem, datada de 1709, Boa Viagem iniciou seu

adensamento construtivo principalmente ao longo do século XX. O bairro assistiu seu primeiro período de grande ocupação urbana, após a construção em 1924 na Avenida Boa Viagem, da (já extinta) linha de bonde, que ligava este balneário ao Centro da cidade.

Ao longo da Avenida Boa Viagem, também construída no ano de 1924, pelo então governador Sérgio Loreto, foram primeiramente erguidos casas e edifícios de poucos pavimentos, que constituíram elementos de uma paisagem que passou a ser, paulatinamente, transformada e renovada pela substituição das edificações existentes por edifícios cada vez mais verticalizados, na medida em que o bairro passou a ter seus terrenos cada vez mais valorizados no mercado imobiliário local. O edifício Caiçara, assim como outros poucos exemplares de sua época, resistiu até este princípio do século XXI à forte especulação imobiliária presente neste processo de verticalização.



Figura 01. Vista da fachada frontal do Edifício Caiçara em 2011, quando do início das discussões sobre a sua preservação. Fonte: fotografia Nani Azevedo.

Considerado um edifício diferente do padrão construtivo da cidade, sua tentativa de preservação lançou polêmica e questionamentos no meio arquitetônico, pois, muitos profissionais da área da arquitetura questionavam sua importância como objeto de preservação; tanto por não se constituir exemplar de uma arquitetura original, ou exemplar do Movimento Moderno praticado na cidade em sua época, nem tão pouco ser um original antigo, representativo da formação colonial da cidade ou de séculos posteriores (XVIII ou XIX). Para muitos, o edifício não passava de um

exemplar de “revista”, por reproduzir modelos arquitetônicos que ilustravam tipos arquitetônicos europeus (para alguns, de gosto duvidoso).

Essa polêmica arquitetura neocolonial era, contudo, o motivo de ser o edifício tão querido por aqueles que defendiam a sua preservação, pois, representava através do funcionamento da sua arquitetura uma forma de moradia da sua época. Constituíam-se de dois blocos separados (figura 02) onde: o primeiro bloco, frontal, com fachada simétrica pontuada por uma torre de acesso cilíndrica, abrigava as áreas sociais, íntimas, cozinhas e amplas varandas (que reverenciavam as antigas casas de veraneio - figura 03) dos seis apartamentos. Este bloco possuía portas e janelas desenhadas e revestimento (colocado posteriormente à sua construção) em pastilhas sortidas. Pontuava à sua maneira a paisagem da Avenida Boa Viagem, constituindo-se referência para aqueles que conheciam ou vivenciaram a história da praia, chegando a figurar como cenário cinematográfico (Filme *América Au Poivre* (1995) de Nelson Caldas Filho e Sérgio Oliveira), constituir a imagem de cartaz de um festival cinema (figura 04) e recentemente, não apenas o bloco frontal, mas toda edificação, servir de referência para o filme *Aquarius* de Kleber Mendonça Filho, filmado no edifício Oceania, também situado na avenida Boa Viagem:

(...) O primeiro roteiro foi escrito para o Caiçara, alguns metros ao sul do Oceania. Já estava pronto quando tratores o deixaram semi-demo-

lido. Aquele aspecto de construção bombardeada foi uma perda para o Recife e uma perda para o filme. Mas, quando vi o Oceania, me pareceu a opção óbvia. Ele é horizontal e fotografa muito bem. Com os prédios altos atrás dele, traz a ideia instantaneamente que tentamos passar.

Ele era nossa última chance, porque o mercado extinguiu qualquer outra forma antiga de se morar na praia. Ele é um prédio que pensa que é casa. Você, em 2016, vem caminhando no calçadão e adentra, sem precisar passar por uma

guarita, sem aquele sentimento de penitenciária. Com uma chave, abre a porta de madeira (original e já está na escada. (Kleber Mendonça Filho, diretor de Aquarius, em entrevista para o jornal Folha PE em 18/09/2016).

Já o segundo bloco (figura 05), situado nos fundos do terreno, era constituído de garagens térreas e quartos de serviços de cada apartamento no primeiro pavimento. Uma herança das construções coloniais, onde havia uma separação das áreas sociais e serviço da casa.



Figura 02. Vista superior do Edifício Caiçara onde é possível visualizar os dois blocos, o frontal e o de fundos. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.



Figura 03. Varanda de um dos apartamentos. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.

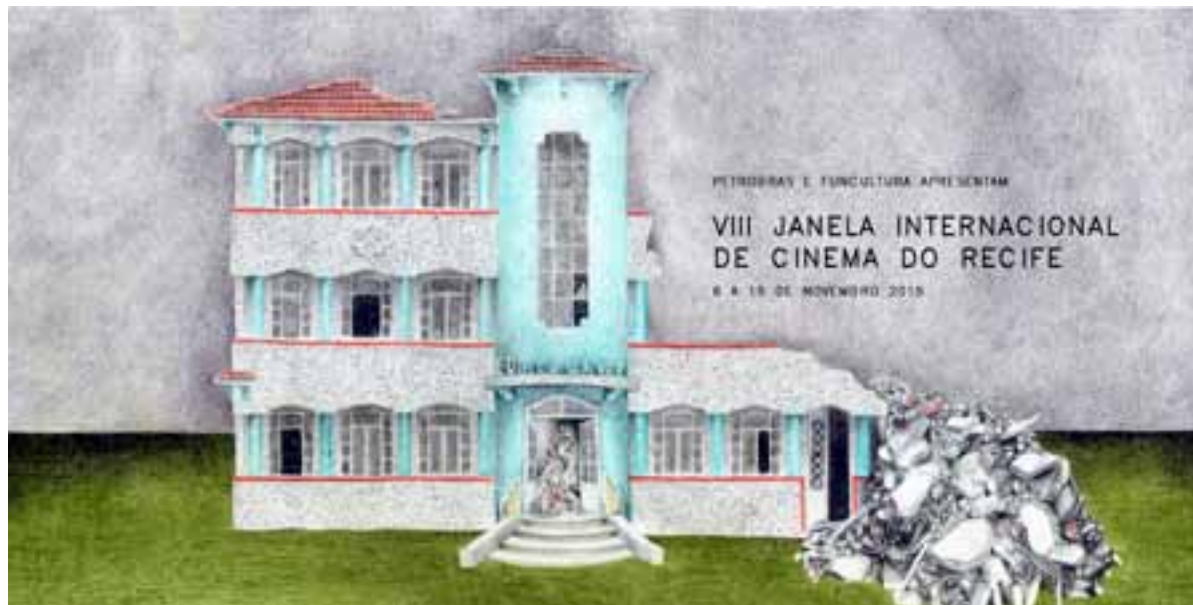


Figura 04. Cartaz do festival de cinema denominado “VIII Janela Internacional de Cinema do Recife”, apresentando o Edifício Caiçara parcialmente demolido, quando foi iniciada e logo após suspensa uma primeira demolição em 2013. Fonte: www.ancine.gov.br.



Figura 05. Vista do segundo bloco, situado nos fundos do terreno, constituído de garagens térreas e quartos de serviços de cada apartamento no primeiro pavimento. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.

Vale ressaltar que abrigar excentricidades arquitetônicas como o Caiçara - amadas por uns e odiadas por outros - fez parte do processo de ocupação dos lotes lindeiros à referida avenida, que abrigou edificações como a já demolida casa denominada de “Navio”, a preservada casa conhecida por “Castelinho” e tantas outras edificações que importaram detalhes da arquitetura europeia (figura 06). Essas edificações, em sua época, passaram a constituir a identidade do lugar. Sobre esse aspecto que tange a representação formal do bem cultural enquanto bem representativo de uma identidade, que neste caso, trata da edificação e as suas distintas manifestações simbólicas, Hall (2006, p. 71) argumenta que:

(...) a identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim,

a modelagem e a remodelagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas. O sujeito masculino, representado nas pinturas do século VIII, no ato de inspeção de sua propriedade, através das bem-reguladas e controladas formas espaciais clássicas, no crescente georgiano (Bath) ou na residência de campo inglesa (Blenheim Palace), ou vendo a si próprio nas vastas e controladas formas da Natureza de um jardim ou parque formal (Capability Brown), tem um sentido muito diferente de identidade cultural daquele do sujeito que vê a “si próprio/a” espelhado nos fragmentados e fraturados “rostos” que olham dos planos e superfícies partidos de uma das pinturas cubistas de Picasso. Todas as identidades estão localizadas no espaço e tempo simbólicos (grifo nosso). Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias” (Said, 1990): suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar, ou heimat. Bem como suas localizações no tempo (...).

Identidade Cultural e mudanças de paradigmas

Por estarem fora dos perímetros de preservação instituídos de acordo com a normatização vigente sejam na instância federal, estadual ou municipal, as discussões levantadas em torno da preservação do edifício Caiçara, assim como outras edifi-



Figura 06. Aspectos e detalhes da arquitetura europeia presentes nas edificações situadas ao longo da Avenida Boa Viagem no princípio do século XX, quando ainda existiam os trilhos de bonde. Fonte: www.eucurtoorecife.com.br.

cações da cidade do Recife como o Casarão do Cordeiro, o Clube Líbano e a já demolida Padaria Capela, constituem tema relevante que mobiliza tanto as instituições de preservação como parte da sociedade civil, na tarefa de guardar para próximas gerações, elementos representativos do processo de formação da cidade ou aqueles que defendem a destruição do antigo para dar lugar à novas estruturas. Para Sechi (2006, p. 66) a dicotomia preservar/renovar manifesta as contradições da sociedade contemporânea quando trata das estruturas antigas: “por um lado, com o desejo de destruí-lo em nome do novo, no qual a contemporaneidade se explicita completamente; e, por outro lado, com a nostalgia de um passado no qual só nele mesmo parece possível reconhecer as identidades individuais e coletivas”.

Uma chave para entender o significado da preservação nos dias atuais, ou ao menos nos países em que a prática da preservação do patrimônio construído é um fato consolidado é investigar primeiramente o conceito de identidade cultural; neste caso, quais as edificações e/ou elementos urbanos e paisagísticos que contribuíram para a formação da identidade do lugar? Pois, deve-se compreender primeiramente que o ato de preservar ou mesmo conservar as estruturas urbanas no mundo contemporâneo (e globalizado) deixou de ser dirigido apenas para os monumentos ou edifícios icônicos. Ao ato de se preservar foram incorporados valores sociais e culturais específicos de cada lugar. Preserva-se não apenas uma

edificação, neste caso, mas, um bem cultural a serviço das gerações futuras – incorporam-se assim os conceitos de cultura e sustentabilidade no ato da preservação.

Esta mudança de paradigma, que transforma o olhar sobre o significado do bem a ser preservado é claramente percebido ao longo de discussões e documentos tutelados através de cartas e recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em passagens como a que segue, referenciada pelo documento denominado *Recomendações Sobre a Paisagem Histórica Urbana*:

Nos últimos cinquenta anos, a conservação do patrimônio urbano tem surgido como um importante sector da política pública em todo o mundo. É uma resposta à necessidade de preservar os valores partilhados e beneficiar do legado da história. No entanto, a mudança de ênfase dos monumentos arquitetônicos em direção, sobretudo, a um reconhecimento mais amplo da importância dos processos sociais, culturais e econômicos na conservação dos valores urbanos deve ser acompanhada de uma propensão para a adaptação das políticas existentes e criação de novas ferramentas no intuito de concretizar esta visão.

Esta Recomendação está orientada para a necessidade de uma melhor integração enquadramento das estratégias de conservação do

patrimônio urbano no âmbito dos objetivos mais abrangentes do desenvolvimento sustentável global, a fim de apoiar ações públicas e privadas que visam preservar e melhorar a qualidade do ambiente humano. Sugere uma abordagem paisagística para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas dentro dos seus contextos urbanos mais amplos, considerando as inter-relações das suas formas físicas, a sua organização e conexão espacial, as suas características e espaços naturais, e os seus valores sociais, culturais e econômicos (UNESCO, Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana, 2011).

Assim, talvez aqueles que não defenderam a preservação do Caiçara não tenham percebido que o olhar sobre os processos que levam a preservação e conservação de bens culturais evoluiu e foi transformado ao longo dos anos. Hoje, a identificação do patrimônio construído, cada vez mais é orientada sob as premissas da sustentabilidade urbana e do reconhecimento da identidade cultural. Agrega novos valores, além daqueles que nortearam a instituição das 33 Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (as ZEPH segundo Lei Municipal nº 13.957/1979), ou mesmo, daqueles que instituiu (de forma inovadora) os Imóveis Especiais de Preservação (IEP segundo a Lei nº 16.284/1997) em anos anteriores, quando a pauta da preservação do patrimônio construído constituía uma política municipal.

Através deste novo olhar contemporâneo, elementos representativos das identidades culturais são preservados. Preservam-se não apenas excelências arquitetônicas (apesar das excelências serem também importantes), mas exemplares que relatam não apenas a história de dada sociedade, mas os seus valores sociais e culturais e sua importância para identidade do lugar.

A História ensina e as transformações sociais decorrentes de seu dinamismo permitem constatar que o conceito de patrimônio cultural se encontra em constante processo de evolução. Em consequência, a conservação dos testemunhos tangíveis e intangíveis do passado não constitui apenas uma questão de juízo atípico e estético, mas também um tema de atuação prática. Isto implica que não mais se aceite a ideia de que a doutrina da conservação seja estática e, doravante, sejamos convocados a considerar o patrimônio cultural em função do contexto geral, levando-se em conta a diversidade e a especificidades das culturas (ICOMOS, Declaração de Sofia, 1996).

A instituição dos Imóveis Especiais de Preservação – IEP – em 1997, na legislação urbana do Recife, criou as condições para preservação do Edifício Caiçara. Diferentemente dos sítios históricos definidos como Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Culturais – ZEPH – instituídos na legislação urbana municipal desde o início

da década de 80 e protegidos em seu contexto, os IEPs são definidos como peças isoladas, desprezadas do seu ambiente e consideradas significativas para preservação da memória urbana pelos seus valores históricos, culturais e/ou simbólicos.

Os estudos que resultaram na criação dos imóveis especiais focavam as manifestações materiais de significância artístico-cultural, com referência para um bairro ou para uma comunidade, localizado nos territórios em que já se verificava certo grau de fragmentação seja pela superposição de princípios formais construtivos de diversas épocas e procedências, seja pelo resultado da aplicação das normas e posturas traduzidas nas legislações urbanísticas municipal, caracterizadas, assim, pela heterogeneidade dos tipos edilícios. (Pereira, 2009). Foram relacionados imóveis nas diversas linhas estilísticas que constituíram a cidade e o seu estudo e seleção envolveu tanto arquitetos, historiadores como os proprietários dos imóveis. A seleção final submetida ao Conselho de Desenvolvimento Urbano amplia a representatividade social na instituição do instrumento de preservação.

No contexto dessa lei, é permitida a construção de novas edificações nos terrenos nos quais estão implantados os imóveis preservados, salientando que tais conceitos refletem uma preocupação dos institutos de preservação do patrimônio construído e de arquitetos e urbanistas no sentido de garantir a salvaguarda de exemplares em áreas de

forte interesse do mercado imobiliário. O edifício Caiçara, malgrado as condições institucionais criadas pela sua preservação, não figurou na relação dos imóveis identificados nos estudos iniciais do IEP nem tampouco teve êxito em tentativas posteriores de incluí-lo nessa relação.

A demolição do edifício Caiçara, portanto, demonstra o quanto a prática da preservação trafega, nos dias atuais, numa via de mão dupla: onde, ao mesmo tempo em que os valores e conceitos que regem as normativas da preservação no Recife são questionados por parcela da sociedade civil que, por um lado, querem preservar; por outro lado, andam aqueles que são os proprietários dos imóveis que vivem em um sistema onde o valor da edificação está, no Recife, atrelado unicamente as regras determinadas pelo mercado imobiliário e não por seu valor cultural.

Considerações finais

Preservar, no sistema de troca imobiliária atual, regidos pelos elevados potenciais construtivos estabelecidos na legislação urbanística e pela ausência de instrumentos e incentivos à preservação do patrimônio construído, significa não atribuir ao edifício a ser preservado, um justo valor econômico de troca. O edifício Caiçara bem exemplifica essa questão. Na mesma avenida outros imóveis, da mesma época, tornaram-se valorizados economicamente por estarem situados em área nobre da cidade e possibilitaram, a



Figura 07. Registro do estado primeira tentativa de demolição do Edifício Caiçara em 2011, suspensa através de decisão judicial. Fotografia: Maria de Lourdes Nóbrega.



Figura 08. Registro da demolição do Edifício caiçara em 07 de abril de 2016. Fotografia: Maria de Lourdes Nóbrega.

partir da venda de seus terrenos, a construção de edificações de dezenas de pavimentos, favorecendo um processo de renovação urbana do lugar. O tombamento ou a preservação do Caiçara automaticamente lhe negaria este valor econômico de troca – motivação das pejejas judiciais que o acompanharam até sua demolição final em 2016 (figuras 07 e 08).

Esta lógica de valores atribuídos aos imóveis age de forma perversa às edificações com potencial cultural ou referência para uma comunidade, contribuindo assim para o desaparecimento do patrimônio das cidades, muitos são demolidos (antes que possíveis especulações em torno da sua preservação ocorram), deixa-se o terreno vazio para trocas futuras, ou mesmo para abrigar estacionamentos (uso considerado mais rentável que a manutenção do imóvel antigo).

Esta mesma desvalorização econômica, que paira sobre o possível tombamento de um imóvel, atinge também aqueles já preservados, agindo em forma de degradação em muitas áreas instituídas como zonas de preservação, e o Centro do Recife, que assiste a não conservação dos seus principais conjuntos urbanos, ou mesmo a não instituição de áreas que poderiam ser preservadas, exemplifica este descompasso entre valor econômico e valor cultural de um bem.

Nos últimos cinquenta anos, a conservação do patrimônio urbano tem surgido como um impor-

tante sector da política pública em todo o mundo. É uma resposta à necessidade de preservar os valores partilhados e beneficiar do legado da história. No entanto, a mudança de ênfase dos monumentos arquitetônicos em direção, sobretudo, a um reconhecimento mais amplo da importância dos processos sociais, culturais e econômicos na conservação dos valores urbanos deve ser acompanhada de uma propensão para a adaptação das políticas existentes e criação de novas ferramentas no intuito de concretizar esta visão (UNESCO, Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana, 2011).

Quais novas ferramentas e práticas que poderiam ser criadas para que haja a real conservação do patrimônio histórico construído da cidade do Recife? Esta é a questão que precisa estar na pauta do cotidiano de uma cidade que instituiu suas áreas de preservação em 1979 / 80, na vanguarda do pensamento preservacionista da época, e que chegou a instituir 33 zonas especiais de preservação. Sítios inteiros foram entendidos como áreas que deveriam ter suas edificações externamente preservadas. Estas áreas estão aí resistindo aos fortes apelos da especulação imobiliária e enfrentando processos de degradação.

Ao mesmo tempo, 36 anos se passaram e de lá pra cá a única intenção de preservação através de uma normativa foi a lei que instituiu a preservação de alguns edifícios isolados em 1997, a chamada lei do IEP (Imóveis Especiais de Preser-

vação). A história que poderia ser contada através da arquitetura da cidade dia a dia aparentemente parou aí. Perde-se nesta lacuna a chance de se compreender o patrimônio cultural do Recife à luz dos conceitos e definições contemporâneos como os que compõem, por exemplo, a Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas (UNESCO, 2011)

Assim, sem uma política (de curto, médio e longo prazo) de preservação e conservação do patrimônio histórico existente e sem colocar a preservação e a conservação do seu patrimônio nas pautas das discussões, o Recife assiste a cada dia as áreas de patrimônio perderem seu valor econômico. O patrimônio edificado da cidade que deveria ser um bem de altíssimo valor, a ser deixado como herança para gerações futuras passou, em sua grande maioria, a não ter valor de troca e conseqüentemente passou a se degradar por total falta de interesse de muitos proprietários em manter algo sem valor econômico, a ser demolido (intencionalmente para que possa gerar recursos) ou ser vendido e, conseqüentemente demolido, como foi o caso do Caiçara.

Neste sentido, o caso do Edifício Caiçara conta por si esta história da preservação na cidade do Recife, pois ela traduz a história de muitas outras edificações. Sua trajetória apresenta-se como um marco de um processo, que tem início sob o apelo da parcela da sociedade civil, que na contemporaneidade expõe seu desejos e

anseios nos canais das redes sociais, e a partir das discussões geradas nesta nova plataforma de debates foram expostas as fragilidades e lacunas que permeiam as práticas da preservação na cidade. Mesmo resumido a entulhos, pode-se dizer que o Caiçara “combateu o bom combate, acabou a carreira e guardou a fé” (II Timóteo 4:6 – 7). A fé que os processos que acompanham a preservação e a conservação urbana na cidade do Recife sejam discutidos e reavaliados à luz dos novos conceitos que tangem a sustentabilidade urbana e os novos olhares sobre as identidades culturais do lugar.

Referências bibliográficas

BIBLIA. II Timóteo 4:6 – 7 em www.bibliaonline.com.br. Acesso 20 de agosto de 2016.

CALDAS FILHO, Nelson; OLIVEIRA, Sérgio. **América Au Poivre**. Filme. Brasil: Hot Filmes, 1995.

Cartaz da VIII Janela Internacional de Cinema do Recife, disponível em www.ancine.gov.br. Acesso em 20 agosto de 2016.

CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. Edições do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

Edificações situadas ao longo da Avenida Boa Viagem no princípio do século XX, disponível em www.eucurtorecife.com.br >. Acesso em 20 agosto de 2016.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

ICOMOS. Declaração de Sofia. 1996. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>>. Acesso 20 de setembro de 2016.

MENDONÇA FILHO, Kleber. Aquarius. Filme. Brasil: Vitrine Filmes, 2016.

PEREIRA, José Nilson Andrade. **Renovar Preservando**: Os Imóveis Especiais no Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Desenvolvimento Urbano UFPE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RECIFE. Decreto no 13.957 / 1979. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Preservação de Sítios Históricos. Recife, 1981.

_____. Plano Diretor da Cidade do Recife, Lei Nº 17.511. Recife: Diário Oficial, 2008.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. Tradução de Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

UNESCO. Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas. 36ª Conferência Geral da UNESCO. Paris, 2011 em < http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2016. ■